



Anais da Assembléia

Nº 76

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 9.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Varhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Cantto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Emerson Nerone e Doutor Rosinha (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a Sessão Especial, conforme convite formulado por esta Casa, e atendendo o que determina os artigos 98 e 99 do Regimento Interno, a presente Sessão Especial está transformada em Comissão Geral para audiência do Exmo. Senhor Ministro da Justiça, Dr. Nelson Jobim.

Convido os Deputados Caíto Quintana, Orlando Pessuti e Irondi Pugliesi para introduzirem S. Exa. no recinto desta Casa.

Está suspensa a Sessão.

(Pausa)

Está reaberta a Sessão.

Em homenagem, e com a presença do Doutor Nelson Jobim, Ministro da Justiça, há requerimento do Deputado Caíto Quintana.

Concedo a palavra, para saudar o Ministro, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente,

Deputado Anibal Khury, Senhor Ministro Nelson Jobim, Senhor Deputado Federal Elias Abrahão, meus queridos colegas Deputados, demais autoridades aqui presentes.

Incumbido pela Presidência desta Casa para saudar Vossa Excelência, Senhor Ministro Nelson Jobim, o faço com muita honra e com muita alegria. Com muita honra, porque este Parlamento recebe nesta hora uma das mais altas autoridades da República, o nosso Ministro da Justiça, ex-Deputado, jurista emérito, e sem dúvida alguma um dos Ministros mais fortes do Governo Fernando Henrique Cardoso. E com muita alegria, porque saúdo em nome desta Casa um companheiro, um ex-colega de Parlamento, constituinte como eu, e que tive a honra e a alegria de conhecer durante quatro anos de convívio na Câmara dos Deputados.

E hoje pela manhã, quando o Deputado Anibal Khury me dizia: "Tavares, você vai fazer a saudação ao Ministro em nosso nome", eu me lembrava, Ministro Jobim, do dia em que o conheci na Câmara dos Deputados, quando Vossa Excelência lá chegava, eu que já tinha um mandato na frente e passei a conviver com os novos Deputados daquela nova legislatura, dentre os quais Vossa Excelência. Tal o seu conhecimento, tal o seu carisma, que em pouco tempo, nas conversas entre os colegas de bancada, o que ouvíamos a seu respeito era que o PMDB, que já dispunha de excelentes quadros no Congresso Nacional, acabara de receber um, que sem dúvida alguma, ainda iria nos honrar muito no cenário político brasileiro.

Lembro-me até, Ministro Nelson Jobim, de uma conversa com o nosso querido amigo e saudoso Deputado Ulysses Guimarães a seu respeito, quando ele dizia: "Este moço vai longe", no jeito simples e fraterno com que o Doutor Ulysses as vezes se referia aos seus colegas e companheiros, sobretudo os mais novos do que ele.

E realmente Vossa Excelência como já vaticinava o nosso Presidente Ulysses Guimarães, Vossa Excelência realmente foi longe, porque ocupa hoje um dos cargos mais importantes da República.

E esta Assembléia Legislativa realmente se sente honrada, engalanada com a sua presença. Não é sempre que esta Casa tem o privilégio de ter em seu meio um Ministro de Estado, e nós, neste semestre, estamos tendo com a presença de Vossa Excelência, a feliz oportunidade de receber, se não me falha a memória, o terceiro Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, é uma honra muito grande tê-lo aqui, em nosso meio. É uma alegria muito grande tê-lo no nosso Estado, é uma alegria muito grande tê-lo na nossa querida Capital do Paraná, a Cidade de Curitiba.

ba.

Vossa Excelência tem hoje outros compromissos e por certo teremos, nestes outros compromissos, oportunidade de passarmos a limpo uma série de questões no plano político, econômico e social, e por isso mesmo pretendo reduzir esta minha fala, até porque, líderes partidários também usarão da palavra. Mas quero que Vossa Excelência saiba que para nós, aqui da Assembléia, é motivo de muita alegria, de muita satisfação, recebê-lo aqui nesta tarde.

Quero agradecer a Vossa Excelência por ter atendido o convite do Deputado Elias Abrahão, convite do Vereador Paulo Salamuni, convite do Deputado Caíto Quintana, líder da nossa bancada, convite do egrégio Tribunal de Contas do nosso Estado, que é um parceiro nosso, como diz o Presidente Anibal Khury, Tribunal de Contas que é parceiro desta Casa, para vir ao Paraná, cumprir uma agenda extensa e emprestar não só a sabedoria com que Vossa Excelência é dotado, mas sobretudo vir ao nosso Estado trazendo luzes para nossa gente e evidentemente matando inclusive a saudade dos seus amigos, dentre os quais me incluo.

Portanto, Senhor Ministro, muito obrigado pela presença. Sinta-se em casa e tenha aqui no nosso Estado e na nossa cidade uma excelente estada, até o momento em que Vossa Excelência retornar à Brasília, capital da República, para lá continuar a desempenhar suas elevadas funções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, que tem duas missões: uma, saudar o nosso Ministro, e a outra, recitar aquela famosa poesia gauchesca, em homenagem ao nosso Ministro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Saúdo o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Anibal Khury, Secretários da Casa, presentes a esta Sessão, Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia, saúdo este extraordinário Ministro da República, Nelson Jobim; saúdo o brilhante Deputado paranaense Elias Abrahão, minha saudação ao nosso líder na Câmara Municipal de Curitiba, Paulo Salamuni, nossos companheiros Deputados, Deputada Irondi, senhores e senhoras.

O Deputado José Tavares, Ministro Nelson Jobim, falou com a propriedade de quem conviveu com Vossa Excelência na Câmara Federal, certamente tudo aquilo que gostaríamos ou poderíamos dizer, com muita propriedade. Nos representou muito bem.

Portanto, ocupo esta tribuna apenas para, neste dia em que Vossa Excelência nos honra com sua visita, dizermos da importância de um Ministro do seu quilate,

da sua importância, da sua lucidez, e um Ministro da Justiça e da Cidadania.

Justiça clamada a todos os instantes, pelo mais humilde ao mais abastado dos cidadãos. Justiça, que na verdade, é uma busca diária de todo cidadão de um país, no respeito aos seus direitos e no cumprimento de suas obrigações.

Justiça que para todos nós tem o sentido do equilíbrio, da igualdade, das possibilidades iguais, enfim, de que uma Nação tenha a possibilidade de que seus cidadãos sejam tratados de igual maneira e cidadania. Ministro Jobim, esse conceito novo despertado na nossa Nação e que certamente se traduz numa das coisas mais importantes do Brasil contemporâneo, esse despertar no cidadão, do seu direito de cidadania, de participação, o cumprimento das suas responsabilidades enquanto ser social, de fiscalização, de controle, de solidariedade, esse conceito novo que o Brasil passa a cada dia, perseguir mais e se fazer mais presente no seio da sociedade e que sem dúvida alguma é o grande rumo para o despertar de uma pátria que terá de encontrar em cada um de seus filhos, esse sentimento de cidadania de sabermos que a responsabilidade dos fatos que acontecem, são de todos nós e é pela nossa união que ele poderá ser conquistado e saúdo V. Exa., Ministro, nessa hora em que indiscutivelmente o seu Ministério tem valor muito profundo, ao sentar na mesa dos Ministros da República e defender conceitos, muitos, para o mundo de hoje, velhos e desbotados, mas o princípio de nacionalismo, de brasilidade que não podemos perder em instante algum, pelo modismo, muitas e muitas vezes, de um liberalismo desenfreado, que acaba transformando como coisa do passado, o sentimento maior que deve existir num povo, que é de respeito às suas origens, às suas instituições, à sua formação e o espírito forte de amor à pátria que é de todos nós.

Portanto, queria em nome do PMDB, de nossos companheiros, transmitir essa saudação, dizer do orgulho que sentimos, enquanto Bancada, de tê-lo participante do Governo Fernando Henrique Cardoso, saber da responsabilidade que cada um tem com esse momento histórico da vida nacional, com os percalços que estamos vivendo, é bom saber que uma pessoa lúcida como V. Exa. esteja presente, para que possamos entender, na nossa República, conceito velho de Medicina, que "o remédio, quando em dose muito forte acaba matando o próprio doente."

Meus parabéns pela sua visita. A poesia, Anibal, fica para depois da solenidade.

Terei o maior prazer em fazê-la ao meu conterrâneo gaúcho, Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. tem que ouvir o Plenário.

O Plenário o que é que decide.

A maioria decide pelo "agora".

O SR. CAÍTO QUINTANA - Ministro, sinceramente fico um tanto constrangido, mas o Deputado Anibal tem dessas coisas. É uma quebra inconfessável de protocolo, mas como V. Exa. é gaúcho, e é do Sul, hoje temos também esse conceito muito importante a ser perseguido, que o nosso Sul não pode ser abandonado.

Tenho dito sempre que consideram-nos a Região rica do País, mas a gauchada anda de meia-sola na bota e bombacha remendada. Quer dizer, precisamos olhar para o lado do Sul, e, sabe V. Exa., que o poeta gaúcho procura retratar normalmente, nas suas poesias, as coisas do seu dia-a-dia e isso passa a ser a sua poesia.

Quero lhe oferecer a poesia "Galo de Rinha", do poeta Jaime Caetano Braun, porque ela traz esse ímpeto do homem que não verga a espinha.

(Lê):

"Galo de Rinha

Jaime Caetano Braun

Valente galo de briga
guasca vestido de penas
quando arrastas as chilenas
no tambor de um rinhadeiro
em teu ímpeto guerreiro
vejo um gaúcho avançado
ensangüentado e peleando
no calor dos entreveiros.

Pois assim como tu lutas
frente a frente peito nu
lutou também o xirú
na conquista deste chão
e como tu sem paixão
em silêncio, ferro a ferro
caia sem dar um berro
da lança firme na mão.

Evoco neste teu sangue
que brota rubro e selvagem
respingando na serragem
do teu corpo descoberto
um guasca no campo aberto
de poncho feito em frangalhos
quando riscava os atalhos
do nosso destino incerto.

Deus te deu como ao gaúcho
que jamais dobra o penacho
esta altivez de índio macho
que ostentas já quando pinto
e a diferença que eu sinto
é que um guasca bem ou mal
só luta por ideal
e tu brigas por instinto.

Por isso que numa rinha

eu contigo sofro junto
e ao te ver quase defunto
de arrasto, quebrado e cego
como quem diz não me entrego
sou galo, morro e não grito
cumprindo o fado maldito
que desde a casca eu carrego.

E ao te ver morrer peleando
no teu destino cruel
sem dar nem pedir quartel
rude gaúcho emplumado
meio triste encabulado
mil vezes me perguntei
porque é que não me boleei
prá morrer no teu costado.

Porque na rinha da vida
já me bastava um empate
e eu cheguei nos arremates
sem bico, quebrado e torto
e só me resta um conforto
como a ti Galo de Rinha
é que se alguém dobrar-me a espinha,
há de ser depois de morto!"

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra livre antes do Senhor Ministro.

Concedo a palavra ao Ministro Nelson Jobim.

O SR. NELSON JOBIM - Senhor Presidente, Senhores Deputados, membros da Mesa.

Fui surpreendido com esta reunião, porque, na verdade, o Ministro da Justiça pretendia, exclusivamente, trazer um abraço ao Presidente da Assembléia e seguramente extensivo aos Senhores Deputados.

Surpreso, portanto, com o brinde que Vs. Exas. me oferecem nessa Sessão Extraordinária, em que se reúne a Assembléia Legislativa em audiência pública, em comissão especial para receber o Ministro da Justiça.

Inicialmente quero me dirigir ao meu querido José Tavares, para afirmar aos colegas de José Tavares, que todas as palavras por ele ditas vêm dos tempos da Câmara dos Deputados. Vem da legislatura de 1978-1990 em que fomos colegas. E que o José Tavares se caracteriza, naqueles tempos, como extraordinário operador de Plenário. Um extraordinário Parlamentar que tinha capacidade de conduzir, não só conduzir, Senhor Presidente, mas também obstruir, com extraordinária e rara competência, as ações do Plenário na Câmara dos Deputados.

As palavras que dirigiu a mim, são debitadas, exclusivamente, à nossa amizade. Agradeço, portanto, ao meu amigo, José Tavares e digo mais ao Deputado Anibal

Khury: que se não fosse pela solenidade da reunião, bastaria o fato de ter me reencontrado com José Tavares para ter uma grande satisfação.

Dirijo-me ao Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana, para dizer que V. Exa. quando o Deputado Anibal Khury, deferia e exigia junto com o Plenário as suas aventuras na poesia gauchesca, vi que seus colegas aguardavam com expectativa. Este ambiente de absoluta cordialidade, onde as divergências políticas não são negociadas, não são afirmadas no dia-a-dia do debate político mas que por si não impede o trânsito da camaradagem e da tolerância democrática que é a grande experiência que precisamos preservar.

A afirmação democrática passa exatamente pelo sabor do convívio democrático de saber exatamente que a fúria do debate é o embate das idéias e não o embate das emoções e das condutas. Não estão em jogo condutas individuais. Estão em jogo as eventuais divergências de conduções da coisa pública. A democracia exige imensa e enorme capacidade de renúncia. De renúncia que se caracteriza nitidamente nos Plenários dos Paramentos.

O Deputado Caíto Quintana fez referência aos aspectos da cidadania. Não há dúvida que as experiências do mundo que passam pelos Paramentos nos informam que o século da cidadania civil foi o século XVIII. Foi lá no século XVIII que o cidadão afirmou-se nos seus direitos civis e individuais. Foi o grande momento das revoluções históricas que rompiam com o Absolutismo.

Já o século XIX, depois da expansão da cidadania civil foi o momento da cidadania política em que a vitória da cidadania política se deu pelo sufrágio que acabou sendo alcançado pelos países europeus no fim do século XIX e no Brasil progressivamente pela Lei Saraiva de 1881. Mas no bojo da conquista da cidadania civil do século XIX que se caracteriza com a possibilidade de que... fosse integrada pela... (inaudível), pela população ampliando-se a capacidade da formação da vontade política da condução da coisa pública, é que no Brasil, exatamente pelo Ato Adicional de 1834 que os conservadores de então chamaram Código de Anarquia é que se instituiu no Brasil as Assembléias Provinciais.

São, raiz e causa das Assembléias Legislativas da República. Foi exatamente em 1834 com aquele Ato Adicional relatado por Belnário Pereira de Vasconcelos no Plenário da Câmara dos Deputados do Império é que iniciou o processo de organização política das Províncias e a partir dali começa a grande disputa, Senhores Deputados, a grande disputa das Províncias com a Coroa. 1871, manifesto do Partido Republica-

no, a afirmação do Federalismo. 1891, implantação da Federação na Constituição de 1891 republicana. Inicia-se um processo político brasileiro claramente divergente da história anterior. Se tivemos e como tivemos no Império um Estado unitário que começou com a Constituição de 24 e se encerrou com o golpe republicano de 89 e que o Estado unitário era característica do Império, passou a República ser um Estado de comando das federações ou dos Estados federados.

A União na característica e no desejo de 91 foi uma soma dos Estados Federados, a afirmação da supremacia dos Estados em relação a União. Esta supremacia dos Estados em relação a União, e portanto a supremacia dos Presidentes dos Estados federados em relação ao Presidente da República, e fundamentalmente das Assembléias Legislativas dos Estados em relação a Câmara dos Deputados e o Senado Federal foi a característica da Velha República, até 1930. A partir de 30 iniciou-se um movimento contrário, um movimento contrário que passava pelo fortalecimento da União Federal em detrimento dos Estados, começou-se a reduzir o Poder Político dos então Presidentes dos Estados, passou-se a chamá-lo de Governadores dos Estados. E as competências das Assembléias Legislativas Estaduais que eram amplíssimas, pelo modelo de 91, acabou espremido entre a competência da Câmara dos Deputados de um lado e a competência das Câmaras de Vereadores de outro lado.

O espaço político de competência do Estado Federado reduziu-se sobremaneira, quer pela absorção para a União das competências que a revolução de 30 serem da União, quer também por uma característica política que é importante ter presente; que era o fortalecimento, Senhores Deputados, dos municípios, porque era o ajuste e o pacto político de Getúlio Vargas com os municípios e com os Prefeitos que visavam o enfraquecimento das oligarquias regionais e estaduais. Os municípios passaram a ser definidos na Constituição Federal de 34, e nunca mais saíram das Constituições Republicanas para se tornarem entidades federadas pela Constituição de 1988. Em detrimento de tudo isso, das competências legislativas do próprio Estado Federado, já que não interessava aos revolucionários de 30 o fortalecimento dos Estados, interessava isto sim o enfraquecimento dos Estados porque por aí se enfraqueceria as oligarquias regionais que à época da Velha República faziam os Presidentes.

Tudo isto na memória de nossa história nos leva a deixar claro que a Federação brasileira foi sempre um ir e um vir, uma disputa entre os Estados Federados e a União, que foi otimizada a partir do golpe

de 64, com a concentração absoluta na mão dos Governos Militares, espelhada pela Constituição de 67 e de 69. Creio que hoje, já no século XX, depois do Brasil ter passado pela conquista da cidadania civil e da cidadania política, o Brasil passa agora a discutir, e continua a discutir durante o fluir do século XX aquilo que é a discussão do século XX, a cidadania econômica e social, é o Empire State do início do século, é o New Buill de Roosevelt. São todas as tentativas da criação de direitos que possam ser satisfeitos diretamente pelo Estado.

Senhores Deputados, Senhora Deputada, creio que o nosso momento, e o momento em que vivemos, é o momento em que o Brasil precisa ter uma visão fincada muito nitidamente para o futuro. A memória da nossa história política é absolutamente importante, mas não para aquilo que foi feito, e que costumeiramente se fez, que era um ajuste de contas com o passado e uma retaliação com o passado. Precisamos urgentemente uma conquista do futuro e um ajuste de contas com o futuro, e não mais um ajuste de contas com o passado.

Tive oportunidade, Senhor Presidente, de hoje de manhã, numa exposição no Tribunal de Contas, com o tempo necessário, não quero cansar Vossas Excelências, de fazer uma análise para demonstrar que todas as transições brasileiras, desde 1824 até a transição de 1988 foi caracterizada nitidamente as transições brasileiras com ajuste de contas com o passado. Um exemplo me veio à mente, por que em 1988 a Constituinte de 88 baniu de seu texto a possibilidade da exigência de fidelidade partidária? Por uma razão simples, José Tavares lembra disso, porque os militares haviam introduzido a fidelidade e porque os militares haviam introduzido a fidelidade partidária aos olhos dos Constituintes de 87-88, que nesta parte retaliavam com o passado, não podiam acolher, porque tudo que tinha sido feito no passado estava errado e era viciado.

Hoje, reclama-se na discussão do fortalecimento dos quadros partidários, reclama-se a fidelidade partidária como exigência, não só da classe política, mas exigência inclusive do eleitor brasileiro. Creio que nós, com todas as divergências, não mais ideológicas mas sim divergências que têm como fundamento o conceito do tamanho do Estado, o conceito das funções do Estado e os espaços da liberdade em relação às funções do Estado, essas divergências que devem seguramente se manter. Mas elas só se manterão somente se os intervencionistas e não intervencionistas tenham a nítida noção que isso não é tema para a estruturação de uma Nação, isso é tema para disputa na eleição.

Curitiba, quinta, em 22.06.95

Os neo-liberais, radicais propõe que as Constituições imponham no desenho da estrutura do Estado o Estado neo-liberal, os não neo-liberal. As esquerdas no sentido lato do termo, naquilo que hoje, modernamente possa significar esta expressão, pretendem a manutenção de um desenho de um Estado intervencionista, e as esquerdas radicais pretendem que as Constituições reproduzam em seu texto a obrigatoriedade de um Estado intervencionista.

Nossa concepção é de que nenhuma posição e nem outra é verdadeira, porque uma administração num desenho intervencionista, de maior amplitude do Estado, ou desenho não intervencionista de menor amplitude do Estado e maior amplitude de liberdade de mercado, é algo que tem que nascer do debate eleitoral e não do debate institucional. É a eleição quem decide quem e que modelo de administração deva ter e não a Constituição. Porque toda posição neo-liberal radical ou intervencionista radical que pretenda introduzir em textos da Constituição a obrigatoriedade futura de sua concepção de Estado, nada mais é do que o moderno totalitarismo, que não respeita a vontade do eleitor que possa optar por soluções intervencionistas ou não intervencionistas.

Isso que é, no nosso ponto de vista, Senhor Presidente, o grande desafio para a sociedade democrática brasileira. Um grande desafio que leva ao fim a todos os radicais e a todos os moderados, comprometidos que estão todos os radicais e a todos os moderados, comprometidos que estão todos eles com o processo democrático de que o que está em jogo não é exclusivamente a vitória ou não de posições em relação ao desenho do Estado, o que está em jogo é a capacidade de todos nós, democratas intervencionistas e democratas não intervencionistas, democratas pragmáticos ou democratas liberais intervencionistas, todos eles estão em jogo, para todos, a capacidade de demonstrar a população brasileira de que a democracia vale a pena e de que os democratas são competentes para gerir a coisa pública.

Era muito fácil, José Tavares, era extraordinariamente fácil, ao meu Partido, ao nosso Partido, Deputado Caíto Quintana, que nas épocas do regime militar fazíamos o discurso simples e fácil, porque tínhamos a quem culpar! Voltarmos as costas e apontarmos ao povo os culpados de todas as eventuais mazelas que o povo então passava. Agora meus amigos, meu caro Tavares, no momento em que voltarmos as costas a busca de eventuais culpados, ao voltarmos as costas, teremos às nossas costas um grande espelho, estaremos apontando para nós mesmos.

Agora é conosco mesmos, democratas de

todas as facções e de todas as perspectivas e de todos os prismas. É este o desafio da nossa geração. A capacidade que tenhamos de demonstrar o convívio das nossas divergências e este convívio das nossas divergências possa demonstrar claramente de que é através do convívio das nossas divergências e do acirramento das nossas divergências, mas na tolerância das relações em que se possa estabelecer o convívio nítido entre a capacidade da maioria deliberar sem o sufoco e o sufocamento da maioria, mas também seja a capacidade da maioria deliberar sem o veto exclusivo da minoria.

O grande mistério, o grande problema do convívio democrático, é estabelecer o convívio da maioria com a minoria. Maioria e minoria que se produzam e que tenham se produzido no voto popular e é por isso que se exige hoje e se fala hoje com absoluta seriedade, em fidelidade partidária, porque as maiorias Parlamentares e de Governo vêm seguramente basear-se, produzir-se no voto popular. A transmutação e a não consolidação das maiorias que se produziram no voto popular, leva à ingovernabilidade, leva à inviabilidade que produziu para a Alemanha de Weimar o fascismo do nacional-socialismo alemão.

Esta é a nossa experiência, este é o nosso desafio. Senhor Presidente, agradeço de forma sensibilizada a possibilidade de dizer essas poucas palavras a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados para dizer que aqui nesta Assembléia, seguramente, posições absolutamente contrárias às nossas posições de Governo, transitam e verbalizam-se e deverão transitar e verbalizar-se, mas nós precisamos sempre ter presente e aqui me socorro da memória do Deputado Ulysses Guimarães que costumava repetir para todos nós à época da Constituinte de 87 e 88 e até à sua morte, de que em política há três grandes máximas, três grandes regras para o homem político que foram formuladas no século passado por Benjamin Disraeli, notável político do Partido Conservador Inglês. Dizia: "Em política, 'never complain, never explain, never apologise'". "Nunca se queixe, nunca se explique, nunca se desculpe", porque onde tiver um político a queixar-se, explicar-se ou desculpar-se, está fora do processo, está exatamente compelido a retirar-se, porque conduziu-se de forma a ter que se queixar, conduziu-se de forma a ter que se desculpar, conduziu-se de forma a ter que dar explicações, e isto, em política, é rigorosamente afastado.

Termino, saudando a todos os Senhores e dirigindo-me ao Deputado Caíto Quintana, para que em linguagem modernizante ou abrangente da América Latina, devemos lembrar sempre, recorrendo não mais só ao

nosso cancionário riograndense, mas recorrendo ao cancionário latino-americano:

"Os irmãos sejam unidos. Esta é a lei primeira. Tenham uma visão verdadeira em qualquer tempo que seja, porque se entre eles pelejam, os devoram os de fora".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Federal Elias Abrahão irá fazer uma saudação aos Senhores Deputados, e enquanto isso, a assessoria da Mesa circula para colher assinatura dos Deputados que farão perguntas ao Senhor Ministro.

O SR. ELIAS ABRAHÃO - Senhor Ministro, Senhor Presidente, Senhores Secretários, caríssimo Vereador Paulo Salamuni, Senhores Deputados.

Gostaria apenas de dizer do meu privilégio de acompanhar tão eminente Ministro da República neste périplo que fazemos pelo Estado. Agradecendo profundamente a gentileza que teve em acatar o nosso convite, formulado pelo Tribunal de Contas, por esta Casa, através do Deputado Caíto Quintana, da Câmara dos Vereadores, através do Deputado Paulo Salamuni e do aprendizado que tenho feito em companhia do Ministro Jobim.

Quero dizer que, na verdade, é um empréstimo da maior valia que nossa legenda faz no atual governo. E portanto, nos orgulhamos de estar aqui em sua companhia. Mas, ao mesmo tempo trago aqui ao Anibal Khury, nosso ilustre Deputado Presidente da Casa, um abraço em que nesta hora represento oficialmente através de uma delegação especial, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Eduardo Magalhães, quando envia a esta Casa de Leis e ao seu Presidente de modo especial, a sua saudação fraterna.

Gostaria, portanto, nesta hora, deixar este abraço do Presidente da Câmara dos Deputados que têm um compromisso, Senhor Presidente, de em ocasião oportuna, também estar visitando esta Casa de Leis como o Senhor me havia autorizado em fazer esta solicitação. Portanto, ele aquiesceu, e gostaria de, oportunamente, marcar uma visita a esta Casa de Leis.

Era só o registro, o agradecimento e o privilégio de dirigir-me aos Senhores nesta Casa.

Hoje, às 20 horas, gostaríamos ainda, por gentileza, de insistir, que os Deputados e os demais presentes pudessem estar à Câmara Municipal de Curitiba. Pela primeira vez, a Câmara Municipal de Curitiba receberá um Ministro na sua história. Portanto, é um privilégio muito grande para aquela Casa, que seja o Ministro Nelson Jobim que ali esteja.

E hoje à noite estará proferindo palestra que tem como tema: "O Cidadão e a

Reforma Constitucional". Os Deputados estão convidados pela própria Mesa desta Assembléia para um jantar que se seguirá a esta cerimônia de hoje à noite.

Portanto, os meus agradecimentos.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados poderão fazer perguntas ao Senhor Ministro, uma só vez, por três minutos e o Senhor Ministro terá cinco minutos para responder.

Com a palavra, o Deputado Irineu Colombo, do PT.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Sennores Deputados, membros da Mesa, Ministro Nelson Jobim.

Só faço um breve comentário, pegando uma parte do que o Senhor Ministro falou, quando coloca todas as modificações possíveis que imagina a nossa sociedade no âmbito das eleições. E sabemos que as eleições no Brasil sob as regras atuais, ela tem o caráter até de um jogo financeiro.

Devido ao poder econômico, e é perigoso, neste momento, faço essa avaliação, submeter à soberania total, até totalitariamente às eleições - do poder totalitário das eleições, quando o processo da eleição é viciado. Quando temos partidos extremamente frágeis, não temos uma legislação partidária à altura de garantir, realmente, a um processo que seja democrático à democracia e onde temos pessoas que representam partidos políticos e preguem as eleições. Aonde salutarmente para a democracia deveria se permanecer na Oposição, como tal representa essa Oposição um conjunto de idéias e princípios filosóficos, um conjunto teórico de transformações.

Então, para a saúde da democracia, deveriam essas pessoas permanecerem na Oposição. Faço apenas esse lembrete, porque o momento acho que é inadequado para jogar-se às eleições, quando aqueles que estão colocando as regras, estão sob estas regras, transformam numa mão única, pela via institucional, ao povo, as regras a estabelecer as mudanças, quando nem a eles próprios dão essa manifestação de saúde à democracia.

Muito obrigado.

O SR. NELSON JOBIM - Eminentíssimo Deputado Irineu Colombo, tenho dificuldade de responder a Vossa Excelência pelo paradoxo que o seu problema coloca. Se Vossa Excelência, tendo em vista os vícios afirmados do processo eleitoral nega a possibilidade de se integrar à reforma e à definição da vontade ao voto popular, fica extraordinariamente difícil, porque aí teríamos que retornar a escolha de alguns arautos, de

alguns sacerdotes, transsociedades que possam dizer em que momento a sociedade brasileira estaria apta para fazer com que as suas reformas se realizassem. Este é o paradoxo da democracia.

Advirto e lembro a Vossa Excelência que o discurso de Vossa Excelência coincide com a Carta de Karchmit, que orientou todo o Partido Nacional Socialista Alemão, no golpe que derrubou Raistag em 1934. Este fato leva a querer, termos claramente o dado importante, nenhum de nós, partido nenhum pode pretender estar acima de resultados eleitorais que se façam.

Se partirmos do pressuposto que o processo democrático tem que produzir as suas modificações, concordo com o Deputado Colombo no sentido de que há necessidade de alterações nos sistemas e nos processos eleitorais, mas não concordo no sentido de que não possamos atribuir ao resultado da eleição a competência de fazê-lo, porque se não atribuímos à eleição e ao resultado da eleição a competência dessas modificações, a quem devemos atribuir? Ao faraó Ramsés III, ao líder carismático virtual, ao militar?

Este é o dilema da democracia. A democracia constrói-se. A democracia não nasce pronta, acabada e definitiva naquele momento.

O grande convite, o grande desafio, Deputado Colombo, é fazer o acordo político para o melhoramento, o aperfeiçoamento do processo democrático, mas nunca pretender que a operação democrática vai se realizar depois que a democracia estiver pronta. Ela nunca nascerá desta forma. Ela nasce exatamente nessa produção. Daí porque o paradoxo real que Vossa Excelência põe.

Nego a conclusão, não concordo com a conclusão de Vossa Excelência, porque não encontro outro caminho se não a eleição para definir neste momento os processos decisórios numa sociedade democrática.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, perdoe-me interromper, mas é preciso tentar esclarecer um pouco o Ministro Nelson Jobim, que não entendeu a plenitude do pronunciamento do Deputado Irineu Colombo.

O Deputado Irineu Colombo, quando se referiu, fez uma crítica à possibilidade levantada pelo Ministro que o grande debate nacional a respeito da estrutura do Estado brasileiro entre os neoliberais que propugnam um Estado mínimo e um Estado ditto pelas esquerdas, um Estado intervencionista, permita-me até fazer uma crítica, acho que esta expressão intervencionista é incorreta por parte dos democratas que têm uma posição crítica em relação à proposta

de Estado de neoliberalismo, jogando. Vossa Excelência está correto quando diz que este debate quem deve fazer para mudança na Constituição, escrever na Carta Magna da sociedade, o arcabouço do Estado que quer, que a sociedade deseje, deve ser através de debate eleitoral. Concordo com isto.

A observação que o Deputado Colombo fez é que diante da democracia frágil que existe no nosso país, aonde que o instituto da fidelidade partidária, aonde que a destruição dos partidos aconteceu nestes últimos anos, pulverizam-se os partidos, mesmo depois do período de redemocratização de 84 para cá, sem falar ainda dos 20 anos de regime totalitário que impediu que a sociedade se manifestasse e criasse identidades partidárias com idéias, com programas, e o que temos assistido e o Deputado Colombo fez o exemplo, é de que a cada eleição aqueles que estavam na Oposição com uma idéia programática a respeito da economia, a respeito dos planos sociais, a respeito do papel do Poder Público; terminada a eleição esses Partidos estão na Situação, há uma troca de membros, de Partidos.

Quer dizer, há uma geléia geral do ponto de vista de representação política da sociedade através dos Partidos. E cá entre nós, Ministro, se queremos uma sociedade democrata - nós, democratas, queremos que a sociedade se aperfeiçoe, se radicalize a democracia nesse País, sem Partidos fortes, com programas definidos, sem um instituto da fidelidade partidária - não vamos constituir a representação de fato do conjunto da sociedade. Acho que a preocupação do Deputado Colombo foi nesse sentido, e não no sentido de defender os arautos da sociedade, de um grupo místico qualquer, ou de inteligências acima da vontade popular, para dizer que tipo de sociedade desejamos.

Era só um esclarecimento.

O SR. NELSON JOBIM - Agradeço V. Exa., e volto a insistir que todas as reformas referidas por V. Exa. são absolutamente necessárias, mas somente os Paramentos o podem fazer, Paramentos que se produzem com o sistema eleitoral que temos, e não podemos esperar que tenhamos um sistema futuro que vá dar legitimidade a isso tudo.

O modelo da legitimidade é essa que temos e não aquela que eventualmente sohamos. Os arautos do processo autoritário, que não é o caso específico referido por mim, não me dirigi a esse caso específico ao Deputado Irineu Colombo, passa pelo fato que a democracia que temos é ela que pode produzir essas alterações nos modelos que temos para que possamos alcançar

outros modelos. Não podemos pretender achar que somos os grandes julgadores do momento em que a democracia possa se modificar, isso não existe.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, do PSC.

A Mesa não vai mais aceitar questão de ordem nessa Sessão.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhor Ministro, Nelson Jobim, demais membros da Mesa.

Vou fazer uma pergunta exatamente ligada ao Partido Social Cristão. Primeiro, Ministro, gostaria de lhe cumprimentar, já acompanhei várias entrevistas suas pela televisão, e recentemente estivemos em Brasília e acompanhamos um debate que a sua pessoa participou na Câmara e achamos muito positiva a sua postura, de falar o que tem que falar e dizer aquilo que tem que dizer.

Ministro, gostaria de saber sobre a reforma eleitoral, muito se fala sobre a reforma eleitoral. Gostaria de saber qual é o pensamento do Governo do Presidente Fernando Henrique, qual é o pensamento sobre essa reforma partidária, reforma eleitoral que está acontecendo em que se fala na extinção dos pequenos Partidos.

E eu, aqui na Assembléia, solitário no PSC, único representante no Estado, gostaria de saber a que ponto está essa reforma e até que ponto vão se extinguir os pequenos Partidos, e o por quê querem acabar com os pequenos Partidos, qual o motivo, apesar de ser um Partido pequeno é um Partido legalizado diante da tramitação legal da Justiça Eleitoral.

Então, gostaria que o Ministro informasse a nós, Deputados, se vai haver realmente essa extinção dos pequenos Partidos, o ajuntamento dos pequenos Partidos que se fala muito, quando é que vai acontecer isso, se para as próximas eleições municipais agora essa lei já vai estar em vigor e haverá extinção dos pequenos Partidos? De que forma o Governo Fernando Henrique a sua pessoa vê essa reforma eleitoral e o que pode acontecer a partir de agora Ministro?

O SR. NELSON JOBIM - Deputado Jocelito

Canto, falarei em meu nome evidentemente que não há definições em relação ao Governo sobre a reforma eleitoral uma vez que, vejam bem, devemos deixar bem claro, quando se fala em reforma eleitoral está se falando normalmente do lado do Parlamento, ou seja, do sistema proporcional.

O que está em causa é o sistema proporcional e o sistema de Partidos, não só em causa o sistema majoritário, ou da

eleição presidencial, ou eleição governamental, ou eleição para Prefeito, uma vez que esse tema foi definido plebiscitariamente.

Então dentro desta perspectiva sustentei, dentro do Governo, que o Governo deveria enviar ele próprio, por iniciativa sua um projeto de reforma eleitoral que dissesse respeito ao próprio Parlamento. Que o Parlamento produzisse em seus bojos os dados dessa proposta. Quero dizer, com absoluta transparência para V. Exa. uma distinção que precisa ser feita, quando V. Exa. diz que a lei vai extinguir os Partidos, não. O que tem que se deixar muito claro é que há uma regra de ouro no processo democrático representativo, é que é muito fácil, no que diz respeito aos sistemas Parlamentares, por exemplo, derrubar o Governo e absolutamente difícil fazer Governo.

Fazer Governo, nos Parlamentos, quando a pulverização partidária se produz no próprio seio do Parlamento, inviabiliza a formação de maiorias e de minorias. Como foi usado aqui claramente, se funciona numa espécie de geléia, em que as maiorias transitam temática, esporádica e conjunturalmente em temas específicos e não em temas macros de condução de política de Governo.

Sou absolutamente favorável à existência de todo o tipo de Partidos, só que os Partidos para terem a capacidade de se fazerem representar centro dos Parlamentos precisam ter votos, e portanto, sou favorável também a que haja uma absoluta liberdade de criação de partido como instituições da sociedade civil e de direito privado. Mas estes Partidos para terem a condição e a possibilidade de manifestarem vontade dentro do Parlamento precisam ter um número mínimo de votos que se produza.

Então essa é a distinção entre existência de Partidos com absoluta liberdade, funcionamento parlamentar de Partidos e acesso destes Partidos a processos gratuitos de campanha eleitoral ou fundos originários de verbas públicas só se o povo autorizar, ou seja que tenha um mínimo de composição e um mínimo de votos, não só nacionalmente como também distribuídos entre os Estados federados. Sou rigorosamente favorável aquilo que chamam de cláusula de barreira, ou seja Partidos devam ter conquistado um mínimo de 3 a 5% do eleitorado nacional, para terem eleito Deputado e representantes, por quê? Porque você estimula a formação, lembrem-se perfeitamente.

Hoje à noite, terei a oportunidade de debater este tema, que não dá para falar em 3 minutos, para mostrar que em nosso sistema eleitoral a infidelidade partidária é incita ao nosso sistema eleitoral,

porque cada um dos Srs. são votados uninominalmente e vários dos Srs. como vários dos Parlamentares federais ou alguns dos Srs. como alguns dos Parlamentares federais, na campanha eleitoral às vezes ocultam a sigla que concorrem, por quê? Porque o voto, no Brasil, se dá uninominalmente, quem é dono do voto é o próprio Parlamentar. E ele transita de Partido em Partido porque leva consigo os votos que produziu. Seja porque representa uma categoria profissional, seja porque representa uma região que demanda investimentos públicos do próprio Estado federado, seja porque tem determinados mecanismos de penetração a empatia popular.

Então, é importante ter presente que não basta se pensar em se exigir, por fora, a fidelidade partidária. Se os Srs. verificarem a legislação do mundo, com exceção da Finlândia e a do Brasil, os Srs. não vão encontrar nenhum debate eleitoral, no mundo, em que o grande tema seja a fidelidade partidária, porque ela se produz, naturalmente, como consequência do sistema eleitoral e não como algo externo.

Vou dar um exemplo bem radical: um Partido político, do Rio Grande do Sul, pode convidar para participar da campanha eleitoral e ser candidato a Deputado Federal, um determinado cidadão que tenha, por exemplo, a representatividade de um grande setor corporativo da sociedade. E o Partido precisa dos votos deste cidadão para alimentar a sua legenda partidária. Vai e convida o cidadão para ser candidato, convida para obter os votos da corporação que ele representa. Como depois este Partido pode exigir fidelidade ao Partido ou dele fidelidade a quem o elegeu e aí surgem os mecanismos antipartitistas típicos da legislação brasileira, aliás, isso é muito nítido, toda vez que foi falado em Partidos políticos no Brasil, fala-se em Partidos mas esquece-se de constituir a natureza dos Partidos, fazendo com que as corporações acabem sendo privilegiadas paralelamente ou superiormente aos Partidos, inclusive no que diz respeito às funções executivas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Ministro, primeiramente os nossos cumprimentos. Queremos parabenizá-lo pelo avanço das reformas constitucionais que o Governo de V. Exa. vem empreendendo e sabemos que V. Exa. é um dos baluartes desse avanço das reformas.

A nossa pergunta primeira, é referente à sua Pasta, ao Ministério da Justiça.

A condição dos estrangeiros no País, passará também por esses avanços? Por

exemplo, um caso que inclusive aqui se encontra, de um jovem, único líbio que mora no Paraná, há 14 anos, estudando na Universidade Federal, já se formou, se mestrou e no entanto encontra as maiores dificuldades para permanecer no País. Chegou muito jovem, é jovem ainda e não quer mais voltar para a Líbia, mas encontra uma dificuldade tremenda. Gostaria que V. Exa. pudesse orientá-lo sobre o caminho a seguir.

O outro é com respeito à reforma tributária que é prevista e que certamente V. Exa. vai interferir pela sua inteligência, pela sua competência e inclusive V. Exa. abordou sobre a reforma eleitoral, da fidelidade partidária, estou certo que a minoria dos Deputados vai pedir cópia das notas taquigráficas para servir de documento e testemunho do que V. Exa. abordou. Perguntaria, com respeito à reforma tributária que hoje as Assembleias Legislativas de todo o Brasil, têm apenas o direito de legislar sobre 25%.

Se o tributo é estadual, somente estadual e se ele é gerenciado só dentro do Estado, é recolhido e pago aos cofres só do Estado, porque esse vínculo de 75% ficar na Constituição Federal, à mercê da Câmara Federal?

Por último, Senhor Ministro, os Deputados Federais, têm um privilégio e aqui não quero me queixar porque V. Exa. deixou bem claro que o político não pode se queixar, não quero me queixar aqui, mas os Deputados Federais têm um privilégio na obtenção do passaporte. Porque também não os Deputados Estaduais?

Obrigado Senhor Ministro.

O SR. NELSON JOBIM - Começaria pelo fim. A última pergunta de V. Exa. diz respeito à obtenção de passaporte diplomático. A obtenção de passaporte diplomático diz respeito a que as instituições federais é que mantêm relações externas. As instituições estaduais não mantêm relações externas. No entanto, nada impediria que um entendimento com o Itamaraty e com a legislação pudesse se estender. Não haveria dificuldade. É uma questão meramente administrativa, que não inviabiliza qualquer tentativa nesse sentido.

Com relação à questão do estrangeiro é só uma questão de examinar o problema legislativo e o caso concreto em si.

Quanto à questão tributária, digo a V. Exa. o seguinte e quero dizer desde logo que o discurso de V. Exa. faz com que o conflito que chamo segundo conflito da questão tributária que é o conflito entre a União, os Estados e os Municípios.

Toda questão tributária tem que ser examinada a partir de três grandes contenciosos. O contencioso entre o Poder Públi-

co e o contribuinte que está hoje explicitado com a questão da simplificação tributária, com a desoneração da tributação sobre investimentos de capital, sobre a desoneração das exportações, está caracterizado sobre um problema da transformação de uma tributação não mais sobre a produção, mas sobre o consumo, etc.

O segundo grande contencioso é o contencioso da distribuição tributária, é o grande contencioso federativo que V. Exa. explicitou e o terceiro grande contencioso é o contencioso regional: Sul/Norte ou Sul/Sudeste com Norte e Nordeste. Que o problema da tese tributária que interessa às Regiões Sudeste e Sul que são produtoras de riqueza e que sustentam a tese autonomista, que V. Exa. explicitou no seu discurso, quando pediu que a Assembleia Legislativa viesse a disciplinar a questão tributária estadual.

O que mostra que a sua concepção é autonomista. E portanto a sua concepção é autonomista porque o Paraná é produtor de riquezas. No entanto os Estados não produtores de riqueza, a tese que importa, não é a tese autonomista, mas sim a tese distributivista. No sentido da distribuição da riqueza nacional em todas as áreas da Federação Brasileira, inclusive aquelas com baixa capacidade de produção de riqueza individual. Este é o conflito federativo. Estes são os temas que precisamos, digamos, orientar e disciplinar para compor a Federação Brasileira e não para decompô-la.

A autonomia tributária para as Assembleias Legislativas decidirem é uma tese que interessa aos Estados do Sudoeste e do Sul. Porque produtores de riqueza. Mas, seguramente, vai inviabilizar a capacidade de investimentos dos Estados do Norte e do Nordeste. A questão é saber se vamos considerar no Sul e Sudeste se o Norte e Nordeste integram também a Nação brasileira. No nosso ponto de vista integram. Logo a solução, autonomista, que foi uma solução tentada, principalmente na reforma constitucional de 1924 não viceja com certa concepção, porque conduziríamos a algo que trai a nossa história, qual seja, lembrem-se que a América Portuguesa foi a única que permaneceu unida. A América Espanhola se dividiu em soberanias autônomas e inviabilizantes quase que individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado Presidente da Assembleia, Deputado Anibal Khury; membros da Mesa, Exmo. Ministro da Justiça Nelson Jobim; Deputado Federal,

Elias Abrahão, meu Professor; Vereador Paulo Salamuni; meus amigos Deputados.

Ministro, faço uma saudação a V. Exa. em nome do Partido e em meu nome pessoal, o meu Partido PTB, que, honrosamente, empresta o nome de um paranaense para compor o Governo ao qual V. Exa. também serve, de Fernando Henrique Cardoso, que é o Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira.

Minhas homenagens à sua reflexão a respeito da formação da Federação Brasileira que tem se constituído numa luta permanente entre as unidades da Federação e que vai se repetir agora na questão já levantada pelo nosso companheiro, Deputado, Geraldo Cartário que é a reforma tributária.

A constante luta entre o poder central e as unidades federadas e também as unidades locais, que são os municípios, - voltaria a insistir na questão, porque já tendo sido prefeito de uma cidade me considero membro de um agrupamento de homens públicos que defendem as bandeiras do municipalismo, e me preocupa muito quando se discute e se debate a questão da reforma tributária e ela é colocada como uma das mais difíceis de ser executada, porque nesse debate ninguém quer perder.

A pergunta que faço é a seguinte: essa reforma tributária ela é possível, ela vai ser realizada? E em segundo, pergunto: em que sentido ela vai ser realizada, qual dessas unidades vai ser fortalecida? E se me permite uma colocação, desejaria muito - como brasileiro - que nesse processo dos municípios fossem contemplados com o fortalecimento maior porque é neles que as questões mais de perto podem ser resolvidas com facilidade.

O SR. NELSON JOBIM - Diria a V. Exa. que a reforma tributária se impõe.

Se impõe porque o sistema tributário brasileiro, montado em 1988, foi uma otimização do sistema tributário brasileiro alterado em 1967. Todo sistema tributário de 67 e o sistema tributário de 88 eram sistemas que tinham como perspectiva uma economia fechada, em que não havia nenhum visão de competitividade internacional, já que a economia era, rigorosamente, fechada. No momento em que é inviável a manutenção de uma economia fechada porque a globalização econômica ou fizemos, nós, controlando o processo, ou será imposto de fora contra nós. Já que a globalização é um dado da realidade da visão de trabalho e da visão de produção no mundo, precisamos levar em conta que a reforma tributária se impõe porque ela é completamente inconsistente com uma economia aberta. Torna rigorosamente não competitiva a produção nacional na disputa com as produções

estrangeiras.

Basta ver que neste processo de transição de uma economia fechada para economia aberta, o Governo tem que monitorar as entradas, inclusive competitivas, de produtos estrangeiros, sob pena de inviabilizar o produto nacional, tendo que impor ao consumidor nacional altos preços ou preços relativamente altos de produtos que poderiam ser adquiridos no estrangeiro mais baixos, para manter o quadro brasileiro. O sistema tributário contribui para a não competitividade.

Portanto, se impõe a reforma tributária. E não gostaria de por a questão da reforma tributária no sentido de fortalecimento, exclusivamente, de unidades federadas. O que temos que ter, é exatamente os espaços de competência dessas unidades federadas com receitas a ela condizentes, porque no momento que o Senhor otimizar receitas sem otimizar compromissos, exclusivamente está fazendo com que se faça, por exemplo, com cidades que sejam privilegiadas nos Estados federados ou municípios com a introdução ou com a construção de um pólo petroquímico.

Os Senhores sabem muito bem que construindo um pólo petroquímico no território de um determinado município, o retorno de ICMS a esse município é completamente fora de propósito no que diz respeito às necessidades de investimento do próprio município, porque na maioria das vezes grande parte da força de trabalho que é exercida no município onde se situa o pólo petroquímico, mora nos municípios vizinhos e são os municípios vizinhos que acabam sendo onerados pela infra-estrutura necessária para albergar ou dar moradia aos trabalhadores desse pólo, o que mostra absoluta inconsistência num sistema fragmentário, porque no momento em que começarmos a raciocinar que o sistema tributário tem que ser a fragmentação de unidades que não levam em conta a globalização do processo econômico, acabamos inviabilizando, tornando inconsistentes essas realidades.

E por aí que precisamos caminhar, eminente Deputado Eduardo Trevisan, para podermos ter um sistema que viabilize a competitividade brasileira e que assegure os novos modelos de participação da economia mundial. Não há como sobrevivermos um modelo, porque veja bem, daria um exemplo, nós do sul reclamamos brutalmente que a União arrecada no Rio Grande do Sul "x" e que investe no Rio Grande do Sul "x" menos cem, ou "x" menos cinco, e que portanto há uma transferência da renda do Rio Grande do Sul para outros Estados federados. Este é um discurso que assistimos fundamentalmente no sul.

Mas não vejo nenhum de nós discutirmos

o quanto de poupança do Norte e Nordeste transferiu-se para o sul a título de pagamento de ICMS, já que o ICMS é na origem e não no destino e que compete ao Estado da origem do produto a competência do ICMS.

Quanto o Rio Grande do Sul já tributou de poupança consumida do norte consumidor é do nordeste? Mas insistimos que transferimos receita para o norte. É verdade, através do fundo de participação, mas não afirmamos o quanto tributamos de poupança do norte, nordeste e quando o Paraná exporta produtos para o norte e nordeste os produtos aqui produzidos.

Vejam que temos que olhar a questão globalmente. Daí porque, eminente Deputado, quero dizer a Vossa Excelência que na análise destas divisões tributárias, passa pelas especificidades regionais, inclusive de critérios de produção, lembrando sempre que somos um país assimétrico e portanto temos que dar soluções assimétricas. Aí alguém dirá: os municípios têm que ser responsáveis pela saúde. Londrina pode ser responsável pela saúde. Santa Rosa, do Acre, com 180 eleitores e 500 habitantes, pode ser responsável pela saúde? Será que vamos legislar para os grandes municípios ou precisamos também lembrar que dos 4.790 e tantos municípios brasileiros, nem todos são Londrina, Uberlândia, Uberaba, Santa Maria da Boca do Monte. Mas a maior parte deles são Quixeramobim, Jabuti, Santa Rita do Acre.

Ou seja, temos que acabar com a possibilidade de pensarmos que estamos tratando com um país simétrico, não; estamos tratando com um país assimétrico. E este raciocínio precisa ser posto, porque as so-

luções que são convenientes para o Paraná, seguramente não são as soluções convenientes para Rondônia, ou Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Ministro infelizmente vai ter que sair, ele está com compromissos já agendados, mas transmiti um convite da Assembléia e ele aceitou. Talvez no mês de agosto o Ministro estará num debate só com a Assembléia.

Agradeço a presença do Ministro Nelson Jobim, Ministro da Justiça do Governo do nosso Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

E quero dizer, Senhor Ministro, não é evidente a maioria, a unanimidade, mas a maioria da Casa apoia o Governo Fernando Henrique Cardoso. E lembrando da citação de Vossa Excelência do grande ministro conservador Disraeli, estamos gostando muito do Governo, porque já dizia Disraeli, isso se adapta bem ao Brasil de hoje, que a Inglaterra só seria próspera e feliz quando os homens de bem tivessem a mesma coragem que os canalhas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, e agradeço a presença do Senhor Ministro e demais autoridades presentes que abrilhantaram esta solenidade e solicito a mesma comissão anteriormente designada, para acompanhar o Senhor Ministro e demais convidados, lembrando ao Senhor Ministro que a maioria desta Casa apoia o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Levanta-se a sessão.